

# **FUNÇÃO DISTINTIVA DO NOME COMERCIAL**

**Fernando Previdi Motta**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Fernando Previdi Motta

Categoria: Propriedade Intelectual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

W76478

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

M921f

Motta, Fernando Previdi

Função distintiva do nome comercial / Fernando Previdi Motta. – Rio  
de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

252 p. : il. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 199-231.

ISBN 978-85-519-1760-2

1. Propriedade industrial. 2. Propriedade intelectual. 3. Nome comer-  
cial. 4. Firma (Empresa). 5. Empresário. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

1. Introdução .....	1
2. Bases Teóricas do Nome Comercial .....	5
2.1 Origens e Evolução Histórica do Conceito do Nome Comercial e do Nome Empresarial no Brasil.....	6
2.1.1 Período Colonial .....	10
2.1.2 Período Imperial.....	16
2.1.3 Período Republicano e a Doutrina Clássica.....	31
2.1.3.1 O conceito de nome comercial na doutrina clássica .....	33
2.1.3.2 Da natureza jurídica do nome comercial segundo a doutrina clássica.....	37
2.1.3.3 A teoria de Gama Cerqueira sobre a natureza jurídica do nome comercial.....	50
2.1.4 O Período Democrático Republicano Pós-Constituição Federal de 1988 e a Doutrina Contemporânea .....	53
2.1.4.1 O conceito de nome comercial na doutrina contemporânea .....	54
2.1.4.2 A natureza jurídica do nome comercial para a doutrina contemporânea.....	58
2.2 Considerações Finais deste Capítulo.....	70
3. O Nome Comercial na Legislação Brasileira.....	75
3.1 O Nome Comercial na Legislação Brasileira Anterior à CUP .....	75
3.1.1 O Alvará Real de 10 de Março de 1649 .....	76
3.1.2 A Carta Real de 1755 e a Carta Lei de 30 de Agosto de 1770.....	77
3.1.3 O Código Comercial de 1850 .....	78

3.1.4 Decreto n.o 2.682, de 23 de Outubro de 1875 – A Primeira Lei Brasileira de Marcas.....	79
3.1.5 Lei n.o 3.150, de 4 de Novembro de 1882 .....	80
3.2 A Convenção da União de Paris – CUP.....	81
3.3 O Nome Comercial na Legislação Brasileira no Período Compreendido entre a CUP e a Constituição Federal de 1988.....	83
3.3.1 Decreto n.o 3.346, de 14 de Outubro de 1887 – A Segunda Lei de Marcas.....	84
3.3.2 Decreto n.o 596, de 19 de Julho de 1890.....	85
3.3.3 Decreto n.o 916, de 24 de Outubro de 1890 .....	86
3.3.4 A Constituição Federal de 1891 .....	87
3.3.5 Decreto n.o 1.236, de 24 de Setembro de 1904 .....	87
3.3.6 Decreto n.o 16.264, de 19 de Dezembro de 1923.....	88
3.3.7 Decreto n.o 22.301, de 4 de Janeiro de 1933.....	89
3.3.8 Decreto n.o 22.989, de 26 de Julho de 1933.....	90
3.3.9 Decreto n.o 24.507, de 29 de Julho de 1934.....	91
3.3.10 As Constituições Federais de 1934 e 1937 .....	93
3.3.11 O Código de Propriedade Industrial de 1945 .....	93
3.3.12 Constituição Federal de 1946.....	96
3.3.13 Lei n.o 4.726, de 13 de Julho de 1965 .....	96
3.3.14 A Constituição Federal de 1967.....	97
3.3.15 O Código de Propriedade Industrial de 1967 .....	97
3.3.16 O Código de Propriedade Industrial de 1969 .....	100
3.3.17 O Código de Propriedade Industrial de 1971 .....	101
3.4 O Nome Comercial na Constituição Federal Brasileira de 1988.....	102
3.5 O Nome Comercial na Legislação Brasileira após a Constituição Federal de 1988.....	105
3.5.1 Lei n.o 8.934, de 18 de Novembro de 1994 .....	105
3.5.2 Decreto n.o 1.800, de 30 de Janeiro de 1996.....	107

3.5.3 Lei n.o 9.279, de 14 de Maio de 1996 – A Lei de Propriedade Industrial.....	108
3.5.4 O Nome Empresarial no Código Civil de 2002.....	110
3.5.5 Instrução Normativa IN DREI n.o 15/2013.....	112
3.6 Conclusões do Capítulo.....	115
4. Das Diferenças entre o Nome Comercial e o Nome Empresarial .....	117
4.1 Dos Fundamentos que Demonstram que o Nome Comercial e o Nome Empresarial tratam-se de Signos Diferentes .....	120
4.1.1 Fundamentos de Ordem Histórica .....	120
4.1.2 Fundamentos de Ordem Legislativa.....	123
4.1.3 Fundamento de Ordem Funcional .....	129
4.1.4 Fundamentos Ligados à Natureza Jurídica do Direito ao Nome Comercial.....	133
4.1.5 Fundamentos de Ordem Pragmática .....	139
4.2 Da Natureza Ubiquitária dos Signos .....	147
4.3 O fenômeno do deslocamento do signo.....	151
5. Da Função Distintiva do Nome Comercial.....	159
5.1 A Função Distintiva da Marca no Ordenamento Jurídico .....	160
5.2 Da Noção de Nome Comercial e sua Relação com a Empresa .....	174
5.3 Da Função Distintiva do Nome Comercial.....	179
6. Conclusão.....	193
Referências .....	199
Anexo 1– signos distintivos de Meuron & Cia (Fábrica de Rapé Area Preta) ....	231